



ANTAQ/GA
Fl. nº 1838
Proc. nº 1630/0730
Data 18/09/14
Rubrica

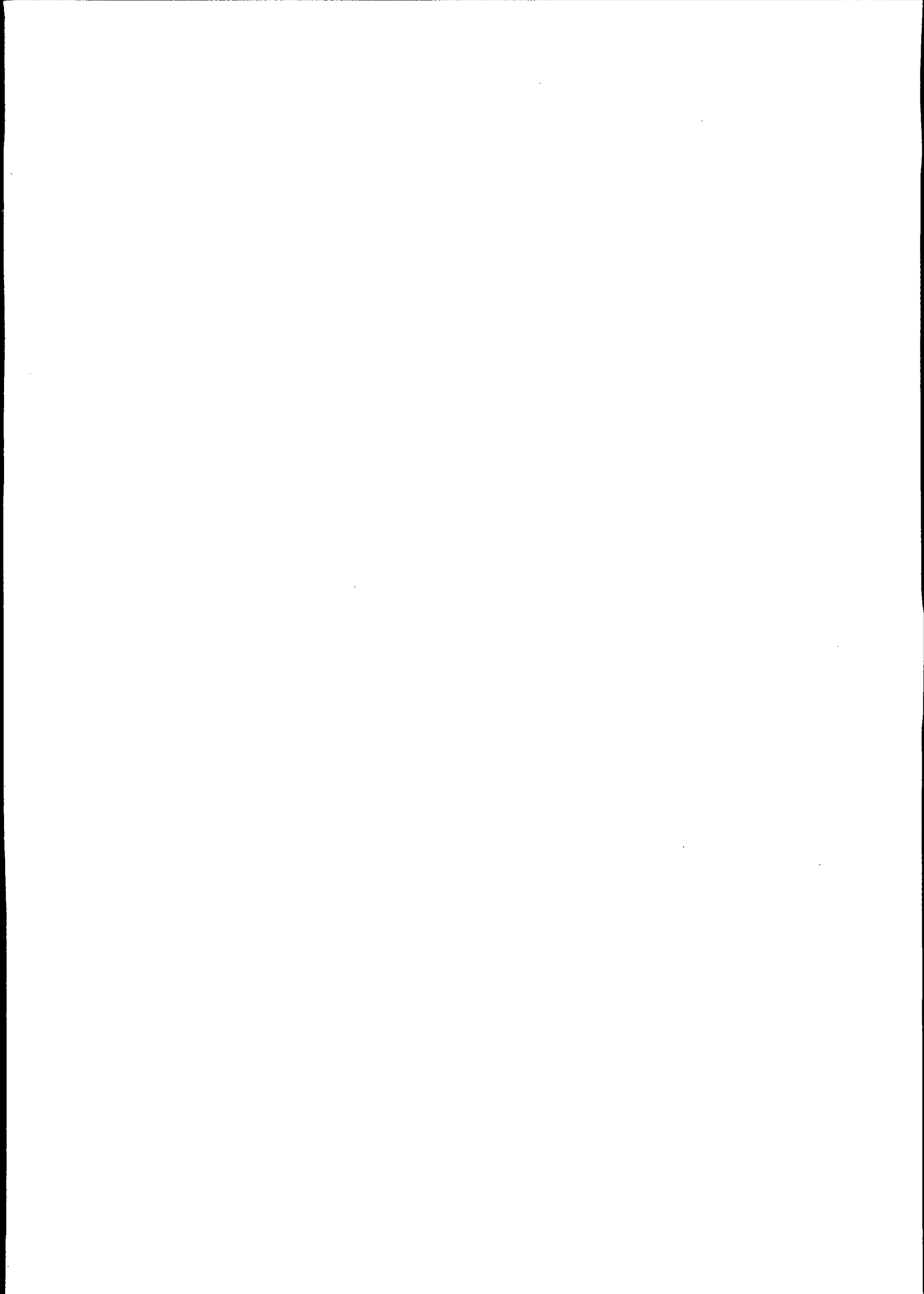
CONTRATO DE ADESÃO (ADAPTAÇÃO)

CONTRATO DE ADESÃO Nº 19 / 2014 - ANTAQ

CONTRATO DE ADESÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, E A EMPRESA CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA, COM O ESCOPO DE ADEQUAR O CONTRATO DE ADESÃO Nº 001/2009-ANTAQ À LEI Nº 12.815/2013.

A UNIÃO, por intermédio da AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, autarquia especial, vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República, criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com sede no SEPN Quadra 514 - Conjunto E, CEP 70765-545, Brasília/DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.903.587/0001-08, no uso da competência que lhe é conferida pelo parágrafo único, do art. 58, da Lei 12.815, de 5 de junho de 2013 e pela Portaria nº 182, de 5 de junho de 2014, do Ministro de Estado Chefe, Interino, da Secretaria de Portos da Presidência da República, neste ato representada pelo Diretor-Geral da ANTAQ, Senhor Mário Povia, designado por Decreto Presidencial de 2 de maio de 2014, brasileiro, divorciado, advogado, portador da Cédula de Identidade nº 15.589.015 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.473.918-88, doravante denominada ANTAQ, e CHIBATÃO NAVEGAÇÃO E COMÉRCIO LTDA pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Zebu nº 201, Colônia Oliveira Machado, CEP 69073-670, município de Manaus/AM, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.098.383/0001-72, neste ato representada por seu Sócio-Presidente, Senhor José Ferreira de Oliveira, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 144.569 SSP-AM, inscrito no CPF/MF sob o nº 053.621.482-49, doravante denominada AUTORIZADA, celebram o presente Contrato de Adesão, o qual sujeita as partes ao disposto na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013; na Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; no Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013 e demais dispositivos legais e normativos aplicáveis à espécie, e ainda, mediante as seguintes condições.





ANTAQ/GAB	
Fl. nº	1839
Proc. nº	1630/07-70
Data	18/08/14
Rubrica	<i>[Handwritten Signature]</i>

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME JURÍDICO

O presente contrato constitui espécie do gênero contrato administrativo e se regula pelas Leis nº 12.815, de 2013 e 10.233, de 2001 e respectivos regulamentos, por suas cláusulas e pelas normas editadas pela Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR e pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, as quais possuem aplicação imediata, salvo disposição em contrário.

Subcláusula Primeira

A AUTORIZADA explorará a Instalação Portuária por sua conta e risco.

Subcláusula Segunda

A presente autorização será exercida em regime de liberdade de preços, cumprindo à ANTAQ reprimir toda e qualquer prática prejudicial à livre competição e o abuso do poder econômico, bem como adotar as providências previstas no artigo 31, da Lei nº 10.233, de 2001.

Subcláusula Terceira

A AUTORIZADA deverá elaborar e divulgar em seu sítio eletrônico relação de todos os serviços prestados e respectivos preços por ela cobrados dos usuários, bem como encaminhá-la à ANTAQ em até 5 (cinco) dias após sua divulgação.

Subcláusula Quarta

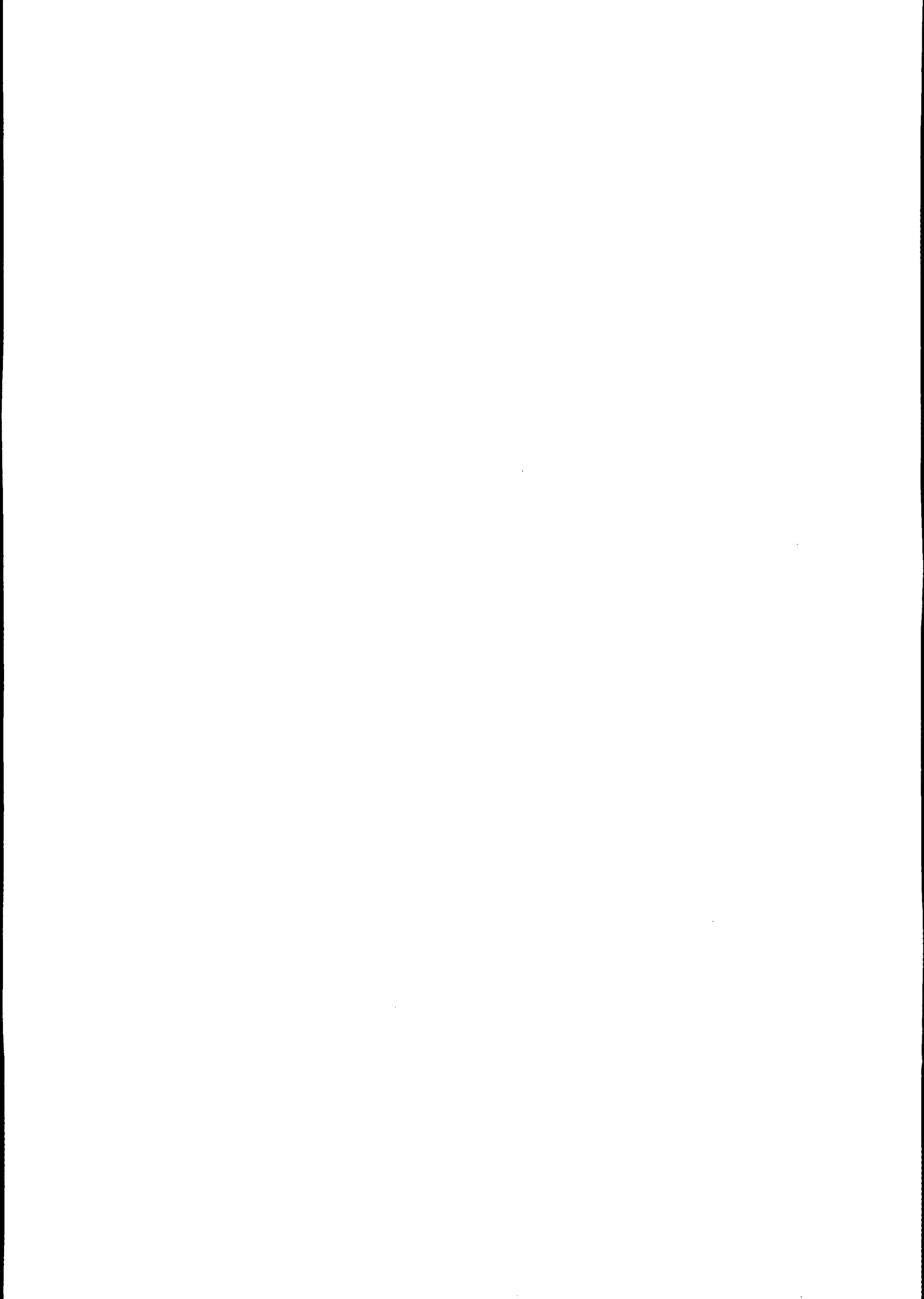
A ANTAQ poderá disciplinar as condições de acesso, por qualquer interessado, em caráter excepcional, às instalações portuárias autorizadas, assegurada remuneração adequada ao titular da autorização, nos termos do art. 13, da Lei nº 12.815, de 2013.

Subcláusula Quinta

Os contratos para movimentação e armazenagem de cargas celebrados entre a AUTORIZADA e terceiros, reger-se-ão, exclusivamente, pelas normas de direito privado, sem participação, responsabilidade ou estabelecimento de qualquer relação jurídica com o poder público.

[Handwritten Signatures]

2





ANTAQ/GA	
Fl. nº	1840
Proc. nº	16300770
Data	18/09/14
Rubrica	

Subcláusula Sexta

Aplica-se o disposto na subcláusula anterior à contratação de mão de obra, seja ela em regime avulso ou com vínculo empregatício.

Subcláusula Sétima

A AUTORIZADA deverá observar as normas estabelecidas pelas autoridades marítima, ambiental, aduaneira, sanitária, de saúde, de polícia marítima, dentre outras que atuem no setor portuário.

Subcláusula Oitava

As normas que venham a ser editadas pelo Poder Concedente e pela Antaq, no exercício de suas competências legais, aplicam-se ao presente contrato de adesão.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente instrumento contratual tem por finalidade adaptar a autorização aos termos da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, conforme disposto em seu artigo 58.

O objeto da autorização é a Instalação Portuária, na modalidade de Estação de Transbordo de Carga, denominada ATR LOGÍSTICA - CHIBATÃO localizada na Ave. Presidente Kennedy Nº 1.520, Colônia Oliveira Machado, CEP 69070-625, Manaus/AM inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.098.383/0006-87, para fins de movimentação e/ou armazenagem de cargas destinadas ou provenientes de transporte aquaviário.

Subcláusula Primeira

A presente autorização compreende a movimentação e armazenagem de carga geral e carga containerizada conforme declarado pela AUTORIZADA, destinados ou provenientes de transporte aquaviário.

Subcláusula Segunda

A alteração da carga movimentada na Instalação Portuária dependerá de avaliação e aprovação do PODER CONCEDENTE, nos termos da legislação em vigor.

3

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry, no matter how small, should be recorded to ensure the integrity of the financial statements. This includes not only sales and purchases but also expenses and income. The document provides a detailed explanation of how to categorize these transactions correctly, ensuring they are recorded in the appropriate accounts. It also discusses the importance of regular reconciliations to identify any discrepancies early on.

The second part of the document focuses on the preparation of the financial statements. It outlines the steps involved in calculating the net income, starting from the sales revenue and subtracting the cost of goods sold and operating expenses. It also discusses the importance of providing a clear and concise explanation of each line item in the statements, particularly for the income statement and balance sheet. The document provides a template for how to format these statements, ensuring they are easy to read and understand.

The final part of the document discusses the importance of maintaining a good system of internal controls. It emphasizes that a strong internal control system is essential for preventing fraud and ensuring the accuracy of the financial records. It provides a list of key internal control procedures, such as segregation of duties, authorization of transactions, and regular audits. The document also discusses the importance of maintaining a clear and organized filing system for all financial documents, ensuring they are easily accessible when needed.



ANTAQ/GA	
Fl. nº	1841
Proc. nº	1630/07-70
Data	18/09/14
Rubrica	

Subcláusula Terceira

A área autorizada para exploração da Instalação Portuária corresponde a 149.822,29m², em terreno de propriedade da AUTORIZADA ou do qual detenha o direito de uso e fruição para a finalidade deste contrato, compreendendo inclusive as benfeitorias que integram as respectivas instalações, cuja poligonal é descrita no Memorial Descritivo constante às fls. fls. 1767-1768, 1777 e 1778 do Processo nº 50300.001630/2007-70.

Subcláusula Quarta

A ampliação da área autorizada para exploração da Instalação Portuária estará condicionada à prévia aprovação pelo PODER CONCEDENTE, nos termos da legislação em vigor.

Subcláusula Quinta

O aumento da capacidade de movimentação ou de armazenagem da Instalação Portuária dependerá de prévia aprovação por parte do PODER CONCEDENTE, nos termos da legislação em vigor.

Subcláusula Sexta

A execução de obras de instalações para acostagem deverá respeitar a projeção dos limites da área da Instalação Portuária sobre o espaço físico em águas públicas, nos termos da legislação em vigor.

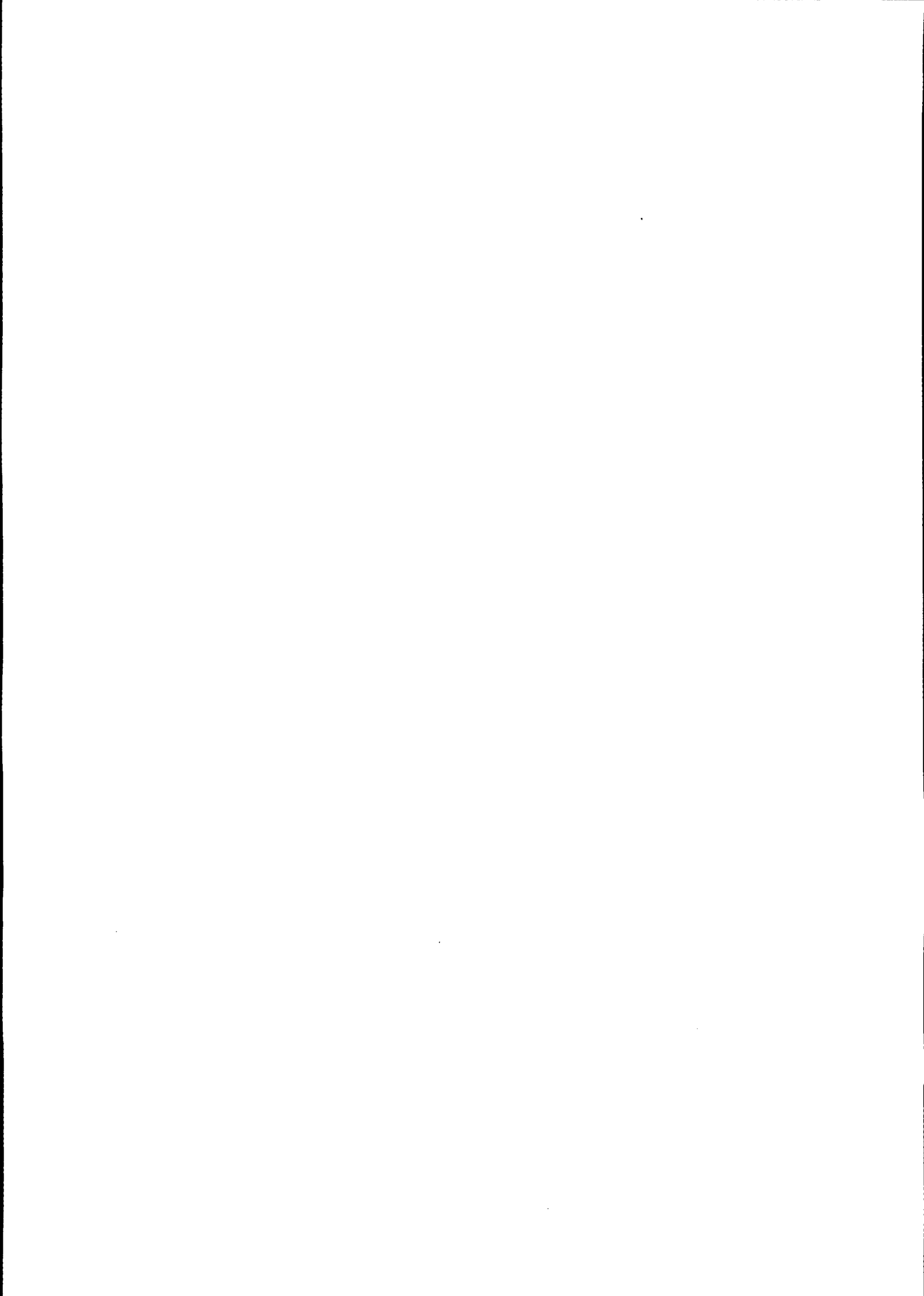
Subcláusula Sétima

Mediante solicitação da AUTORIZADA, poderá ser autorizado o compartilhamento das infraestruturas de acostagem pertencentes à instalação portuária objeto do presente Contrato de Adesão, nos termos de norma específica da ANTAQ.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A autorização pressupõe a prestação de serviço adequado por parte da AUTORIZADA, relativamente às operações de movimentação e armazenagem de cargas, entendendo-se como serviço adequado aquele que satisfaz as condições de eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua execução e modicidade dos preços praticados.

4





ANTAQ/GAS
Nº 1849
Processo nº 1630/07-70
Data 18/09/14
Rubrica

CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DAS OBRAS

Incumbe à AUTORIZADA executar as obras de construção, ampliação, expansão e modernização relativas à Instalação Portuária, podendo fazê-lo direta ou indiretamente, assegurando o cumprimento das normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, especialmente as relativas à segurança das pessoas, bens e instalações, à preservação do meio ambiente, à administração aduaneira, à infraestrutura de acesso aquaviário e ao tráfego marítimo.

CLÁUSULA QUINTA - QUALIDADE DO SERVIÇO

A AUTORIZADA submeter-se-á aos critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade da atividade prestada, assim como às metas e prazos para o alcance de determinados níveis de serviço, a serem fixados em ato normativo a ser expedido pela ANTAQ.

CLÁUSULA SEXTA - INÍCIO DA OPERAÇÃO

O início da operação da Instalação Portuária construída, ampliada, expandida ou modernizada estará condicionado à emissão, pela ANTAQ, do Termo de Liberação de Operação - TLO, após atendimento das exigências contidas em regulamento específico.

Subcláusula Primeira

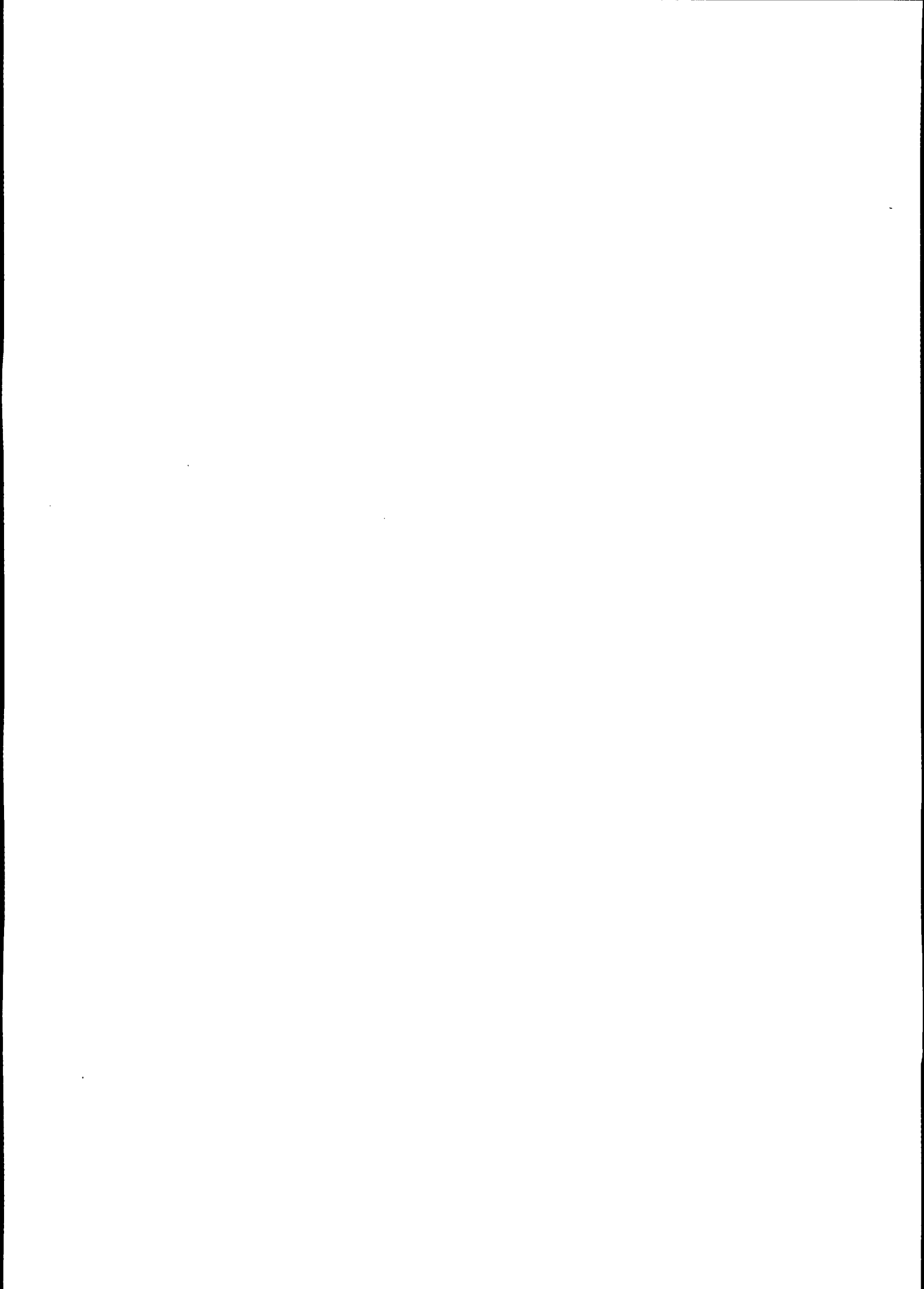
O início da operação da instalação portuária deverá ocorrer no prazo previsto no cronograma constante do Processo nº 50300.001630/2007-70, sob pena de aplicação de penalidade pela ANTAQ.

Subcláusula Segunda

A prorrogação dos prazos previstos no cronograma retro citado poderá ocorrer mediante requerimento justificado da AUTORIZADA, nos termos do art. 8º, § 3º, da Lei 12.815, de 2013, e do art. 26, §§ 1º e 2º, do Decreto 8.033, de 2013.

CLÁUSULA SÉTIMA - HABILITAÇÃO AO TRÁFEGO INTERNACIONAL

Quando requerido, caberá à ANTAQ a emissão de Habilitação ao Tráfego Internacional - HTI da Instalação Portuária, após o cumprimento das etapas estabelecidas em regulamento específico.





ANTAQ/GAB
Fl. nº 1843
Proc. nº 1630/0730
Data 18/09/14
Rubrica

CLÁUSULA OITAVA - DA UTILIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA

A AUTORIZADA estará obrigada a remunerar a Administração do Porto Organizado, quando for o caso, pela utilização da infraestrutura fornecida e mantida pela administração portuária, de forma proporcional à sua utilização.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO DA AUTORIZAÇÃO

A presente autorização terá vigência por 25 (vinte e cinco) anos contados da data da assinatura deste Contrato de Adesão, prorrogável por períodos sucessivos desde que a atividade seja mantida e a AUTORIZADA promova os investimentos necessários para a expansão e modernização das instalações portuárias, consoante o disposto no § 2º, do art. 8º, da Lei nº 12.815, de 2013.

A AUTORIZADA deverá manifestar seu interesse na prorrogação do presente Contrato de Adesão, junto à ANTAQ, com antecedência mínima de 18 (dezoito) meses de sua expiração.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Incumbe à AUTORIZADA a execução do presente contrato, respondendo pelos prejuízos causados à UNIÃO ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pela ANTAQ exclua ou atenuie essa responsabilidade.

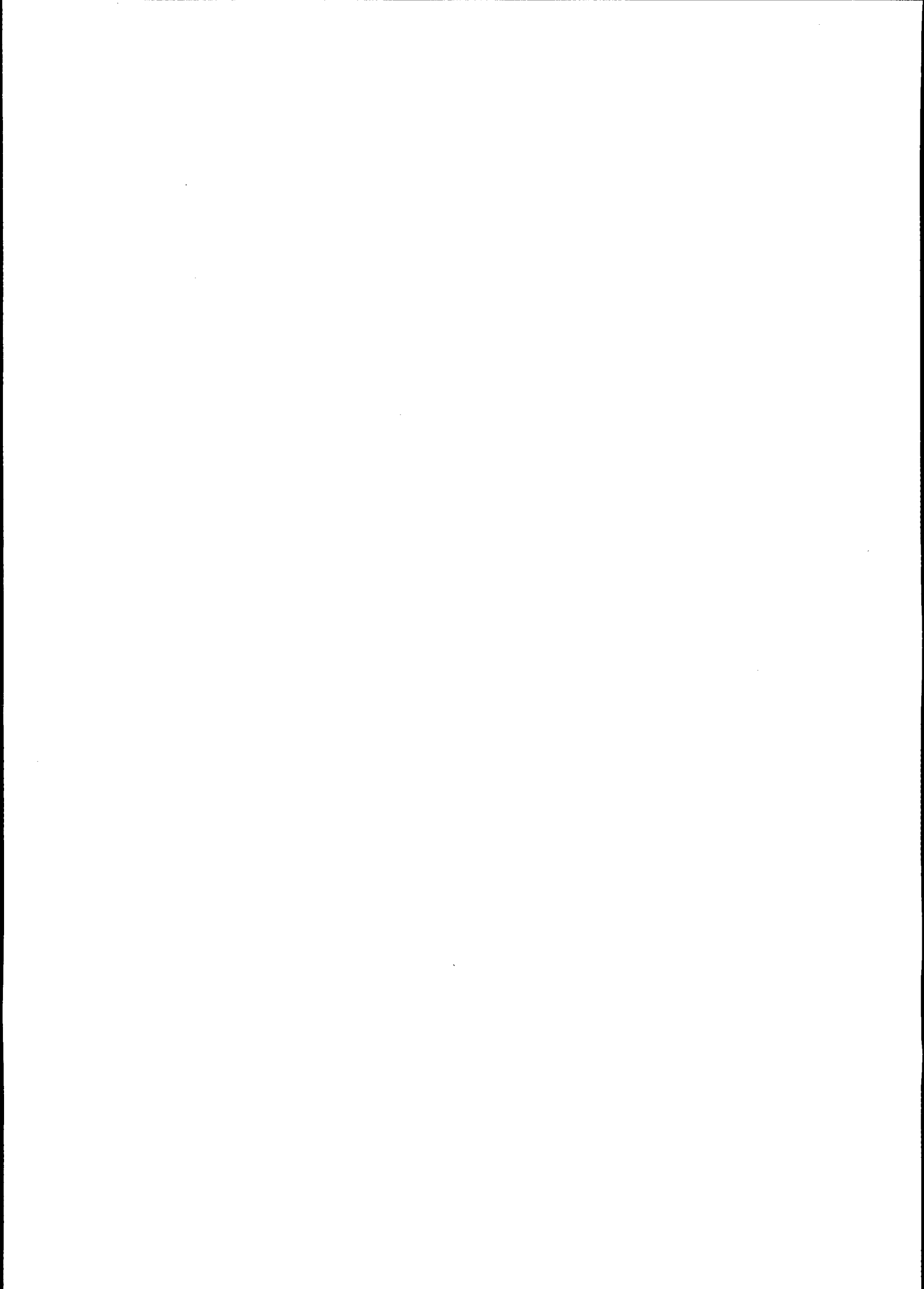
Subcláusula Primeira

Sem prejuízo da responsabilidade a que se refere o *caput*, a AUTORIZADA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades acessórias ou complementares, bem como a implementação de projetos associados, desde que não ultrapassem o prazo do presente contrato.

Subcláusula Segunda

É vedada a subautorização, sendo permitida, mediante aprovação pelo PODER CONCEDENTE, a transferência da titularidade da autorização a terceiros.

Na hipótese acima, deverá ser observada a preservação do objeto e demais condições originalmente estabelecidas, bem como o atendimento, por parte do novo titular, aos requisitos técnicos, econômicos e jurídicos pertinentes.





ANTAQ/GAL
Fl. nº 1866
Proc. nº 1630/07-70
Data 18/09/14
Rubrica

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA - DAS GARANTIAS DE EXECUÇÃO DO
CONTRATO**

As adaptações ocorridas nos termos do disposto no art. 58, da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, ficarão dispensadas de prestação de garantia de execução contratual.

Nos casos em que a legislação vigente preveja a existência de instrumento convocatório, a ANTAQ poderá exigir a prestação de garantias contratuais.

Subcláusula Primeira

Na hipótese de exigência de prestação de garantia, a AUTORIZADA estará obrigada, independentemente de prévia notificação para constituição em mora, a:

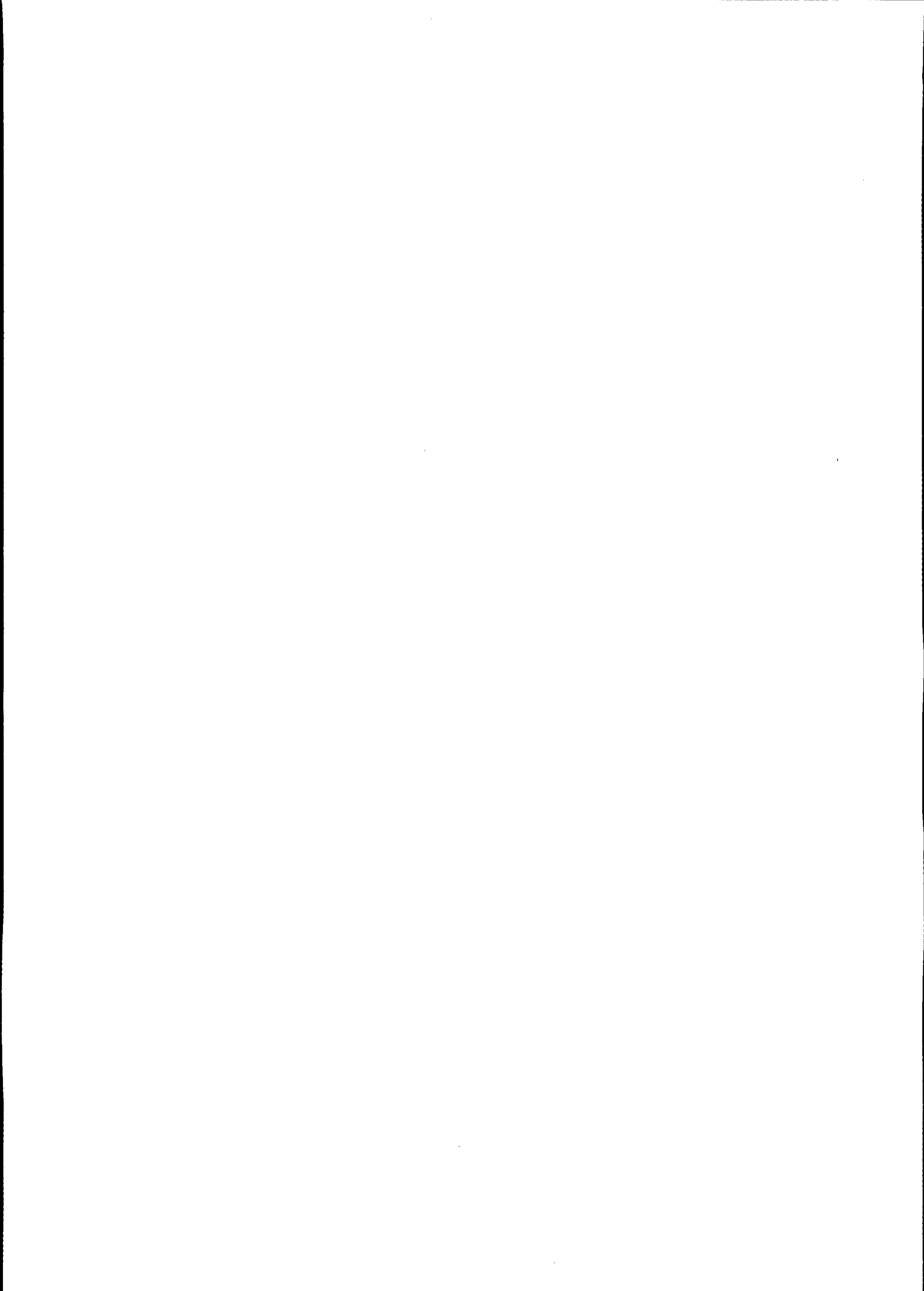
I - renovar o prazo de validade das modalidades que se vencerem na vigência do Contrato, comprovando 30 (trinta) dias antes de seu termo final a correspondente renovação junto ao PODER CONCEDENTE;

II - reajustar a Garantia de Execução Contratual periodicamente, conforme previsto no Instrumento Convocatório, complementando o valor resultante da aplicação do reajuste periódico sobre o montante inicial;

III - repor os valores porventura utilizados para cobertura de quaisquer obrigações de pagamento abrangidas pela Garantia de Execução Contratual no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da efetiva utilização, independente de disputa ou discussão, judicial ou administrativa, e da constatação de dolo ou culpa;

IV - responder pela diferença de valores, na hipótese de a Garantia de Execução Contratual não ser suficiente para cobrir o valor de todas as obrigações de pagamento por ela abrangidas, podendo ser cobrada por todos os meios legais admitidos; e

V - submeter à prévia aprovação do PODER CONCEDENTE eventual modificação no conteúdo da carta de fiança ou do seguro-garantia, bem como eventual substituição da Garantia de Execução Contratual por qualquer das modalidades admitidas.





ANTAQ/GA
Fl. nº 1845
Proc. nº 1630/07-70
Data 18/09/14
Rubrica

Subcláusula Segunda

A Garantia de Execução Contratual, que será contratada pela AUTORIZADA nos termos previstos no Instrumento Convocatório, deverá ser executada pelo PODER CONCEDENTE, mediante prévia notificação e sem prejuízo das demais penalidades previstas na legislação, nos seguintes casos:

I - nas hipóteses de inadimplemento, total ou parcial, das obrigações assumidas pela AUTORIZADA no presente Contrato de Adesão;

II - nas hipóteses em que a AUTORIZADA não proceder ao pagamento das multas que lhe forem aplicadas, na forma do Contrato de Adesão e de regulamentos editados pelo PODER CONCEDENTE e pela ANTAQ; e

III - nas hipóteses em que a AUTORIZADA não efetuar, no prazo devido, o pagamento de outras indenizações ou obrigações pecuniárias devidas ao PODER CONCEDENTE, em decorrência de disposições contratuais ou regulamentos da ANTAQ, ressalvados os tributos.

Subcláusula Terceira

O valor equivalente da Garantia de Execução Contratual apresentado originalmente será devolvido integralmente após a emissão do "Termo de Liberação de Operação - TLO" da instalação portuária.

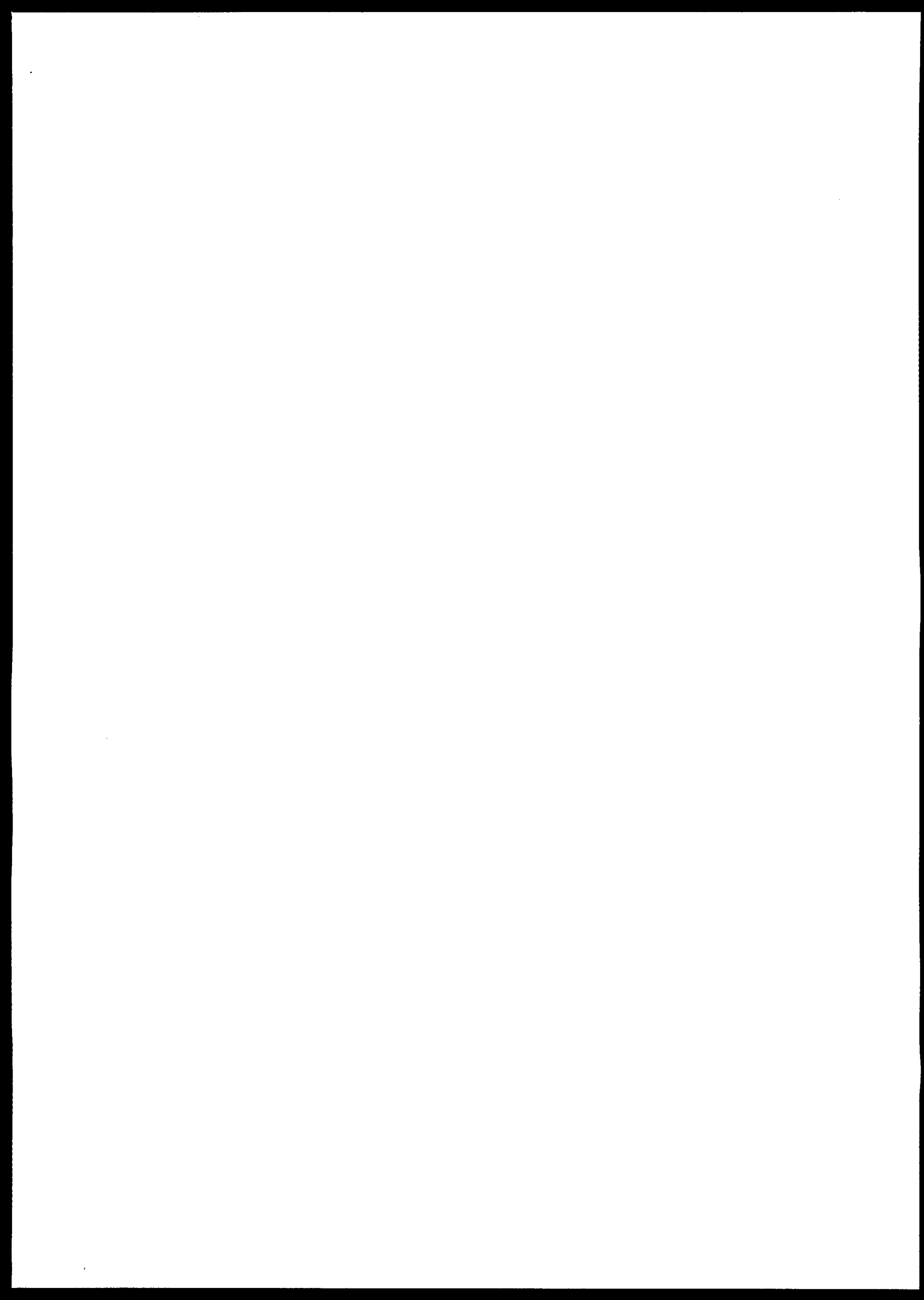
Subcláusula Quarta

Para empreendimentos cuja integralidade operacional será atingida após a execução de diferentes fases do projeto, a garantia de que trata o *caput* da Cláusula Décima será restituída de forma proporcional à entrada em operação das respectivas fases, após a emissão do Termo de Liberação de Operação - TLO parcial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PRERROGATIVAS DA ANTAQ

O regime jurídico estabelecido para exploração da Instalação Portuária confere à ANTAQ, em relação ao presente contrato, a prerrogativa de:

I - fiscalizar a realização de obras de construção, ampliação, expansão e modernização da Instalação Portuária;





ANTAQ/GAB	
Fl. nº	1846
Proc. nº	1630/07-70
Data	18/09/19
Rubrica	

II - acompanhar e exigir o cumprimento dos cronogramas de execução, operação e realização de investimentos previstos pela AUTORIZADA e discriminados no Processo nº 50300.001630/2007-70.

III - cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares pertinentes à autorização, bem como as cláusulas do presente contrato;

IV - fiscalizar a operação da Instalação Portuária, atentando para o cumprimento das disposições legais e normativas;

V - fiscalizar a prestação dos serviços, com observância aos padrões de eficiência, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade dos preços praticados;

VI - aplicar sanções motivadas pelo descumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, bem como às disposições legais e regulamentares que regem a presente autorização; e

VII - estimular o aumento da qualidade e da produtividade;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA AUTORIZADA

Constituem obrigações da AUTORIZADA:

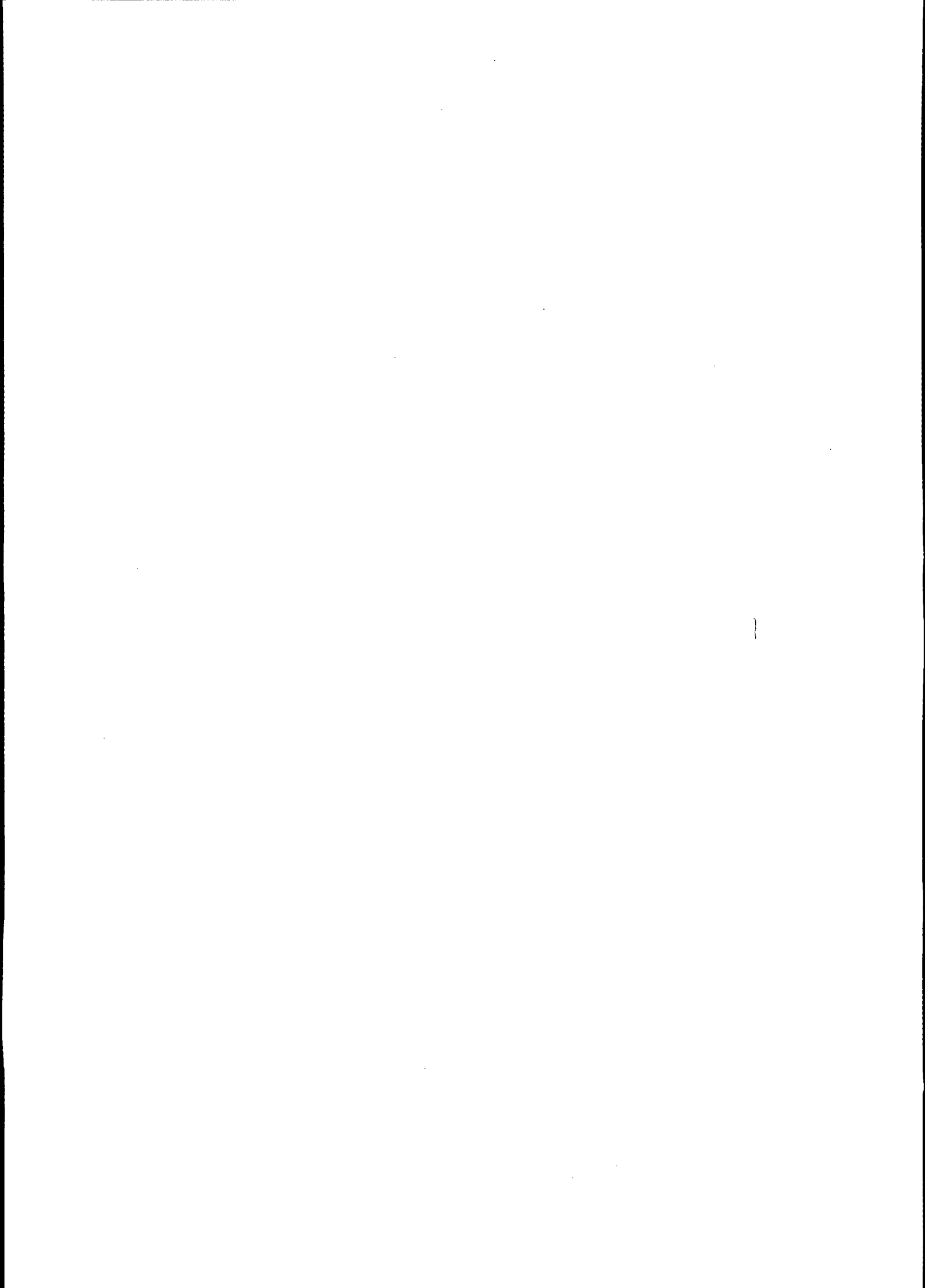
I - fixar em local visível e manter em bom estado de conservação, a placa identificadora da Instalação Portuária, conforme modelo estabelecido pela ANTAQ;

II - enviar periodicamente à ANTAQ, relatório informando o estágio de evolução da construção ou da ampliação da Instalação Portuária;

III - informar à ANTAQ, no prazo de 30 (trinta) dias contados do início da ocorrência, a interrupção da prestação de serviços da atividade portuária, bem como o seu reinício;

IV - informar à ANTAQ, no prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência do fato, alterações de controle societário, substituição de administradores e mudança de endereço;

V - integrar-se ao Sistema Permanente para o Acompanhamento dos Preços e Desempenho Operacional dos Serviços Portuários (Sistema de Desempenho Portuário - SDP), disponível na página eletrônica da ANTAQ na internet, bem como





ANTAQ/GM
Nº 1847
Proc. nº 1630/0770
Data 18/09/14
Rubrica

encaminhar, por meio desse sistema, até o 10º dia do mês subsequente, relatório contendo, no mínimo:

a) natureza, tipo, quantidade e peso, na unidade de medida estabelecida pela ANTAQ, de cargas e passageiros movimentados na Instalação Portuária;

b) procedimentos operacionais, equipamentos e infraestrutura da Instalação Portuária para carga e descarga de embarcações desatracadas no mês-referência, considerando as datas e horas registradas no momento do fundeio até a respectiva desatracação;

VI - prestar as informações solicitadas pela ANTAQ e demais autoridades que atuam no setor portuário, inclusive as de interesse específico da Defesa Nacional, para efeitos de mobilização;

VII - encaminhar periodicamente à ANTAQ, as informações relativas à prestação de serviços de recepção de resíduos provenientes das embarcações que demandam a Instalação Portuária;

VIII - adotar medidas de segurança contra sinistros;

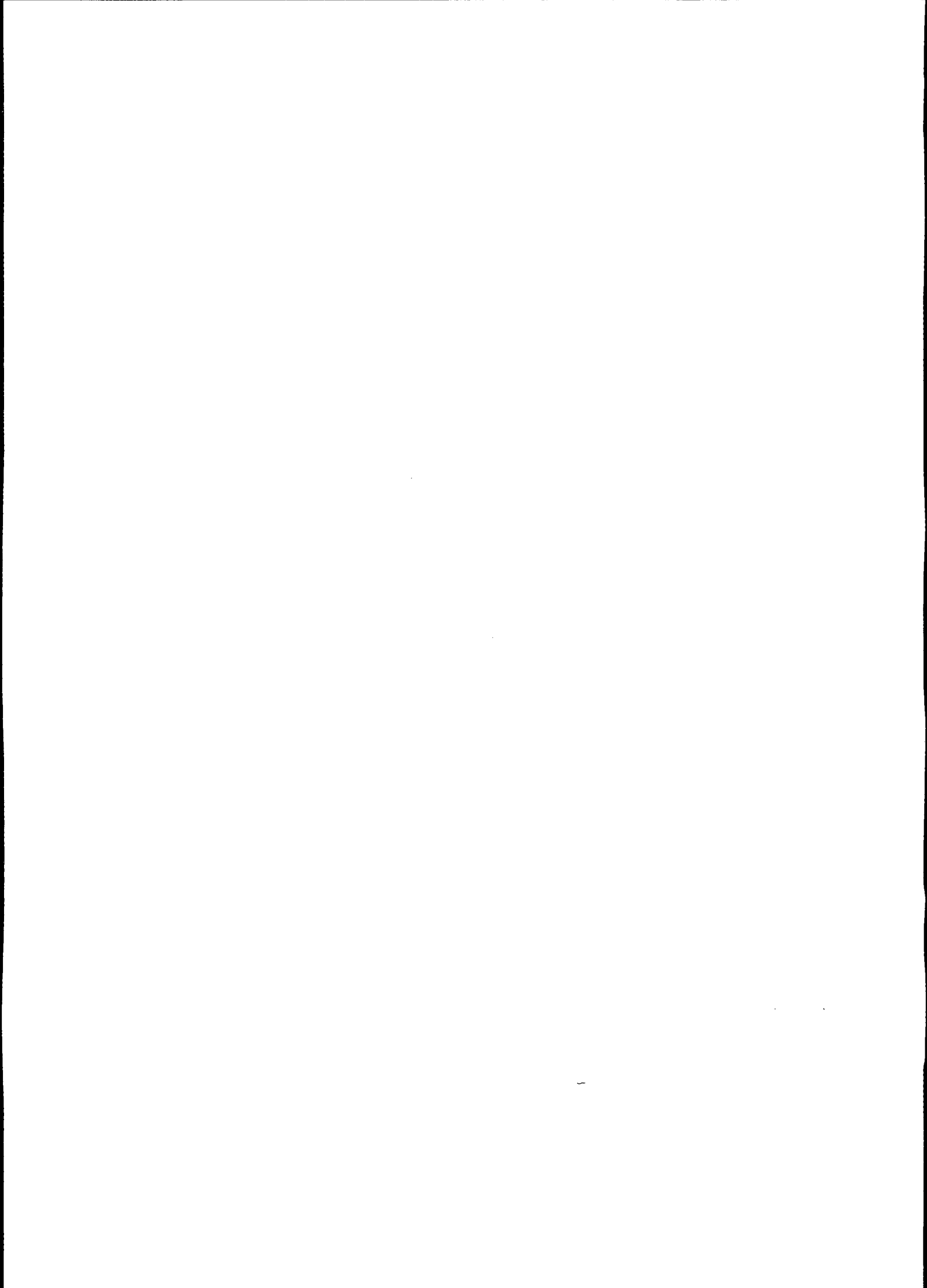
IX - manter equipamentos e instalações em boas condições de conservação e funcionamento, substituindo-os quando necessário, a fim de preservar a qualidade e eficiência no desenvolvimento das atividades portuárias, e a segurança das pessoas e instalações, de acordo com as normas em vigor;

X - adotar as medidas necessárias e ações adequadas para evitar, mitigar ou estancar a geração de danos ao meio ambiente, causados por situações já existentes ou que venham a ocorrer em decorrência da implantação do empreendimento, observada a legislação aplicável, devendo sempre manter a licença ambiental atualizada;

XI - prestar o apoio necessário aos agentes da ANTAQ ou de entidades por ela delegadas, e das demais autoridades que atuam no setor portuário, encarregados da fiscalização, garantindo-lhes acesso às obras, aos equipamentos, às instalações e aos registros de dados vinculados à presente autorização;

XII - realizar as seguintes atividades, sob a coordenação da autoridade marítima e/ou autoridade portuária, no âmbito do objeto da presente autorização:

10





ANTAQ/675	
Fl. nº	1848
Proc. nº	1630/07-70
Data	18/09/14
Rubrica	

a) estabelecer, manter e operar o balizamento do canal de acesso e da bacia de evolução da Instalação Portuária;

b) delimitar as áreas de fundeadouro e de fundeio para carga e descarga, de inspeção sanitária e de polícia marítima, quando couber;

c) estabelecer e divulgar o calado máximo de operação das embarcações, em função dos levantamentos batimétricos efetuados sob sua responsabilidade; e

d) estabelecer e divulgar o porte bruto máximo e as dimensões máximas das embarcações que irão trafegar, em função das limitações e características físicas das instalações de acostagem da Instalação Portuária;

XIII - realizar as seguintes atividades, sob coordenação da autoridade aduaneira, no âmbito do objeto da presente autorização, sempre que a Instalação Portuária for alfandegada:

a) delimitar a área de alfandegamento; e

b) organizar e sinalizar os fluxos de cargas, de veículos e de pessoas;

XIV - atender à intimação para regularizar a execução de obra ou a operação da Instalação Portuária;

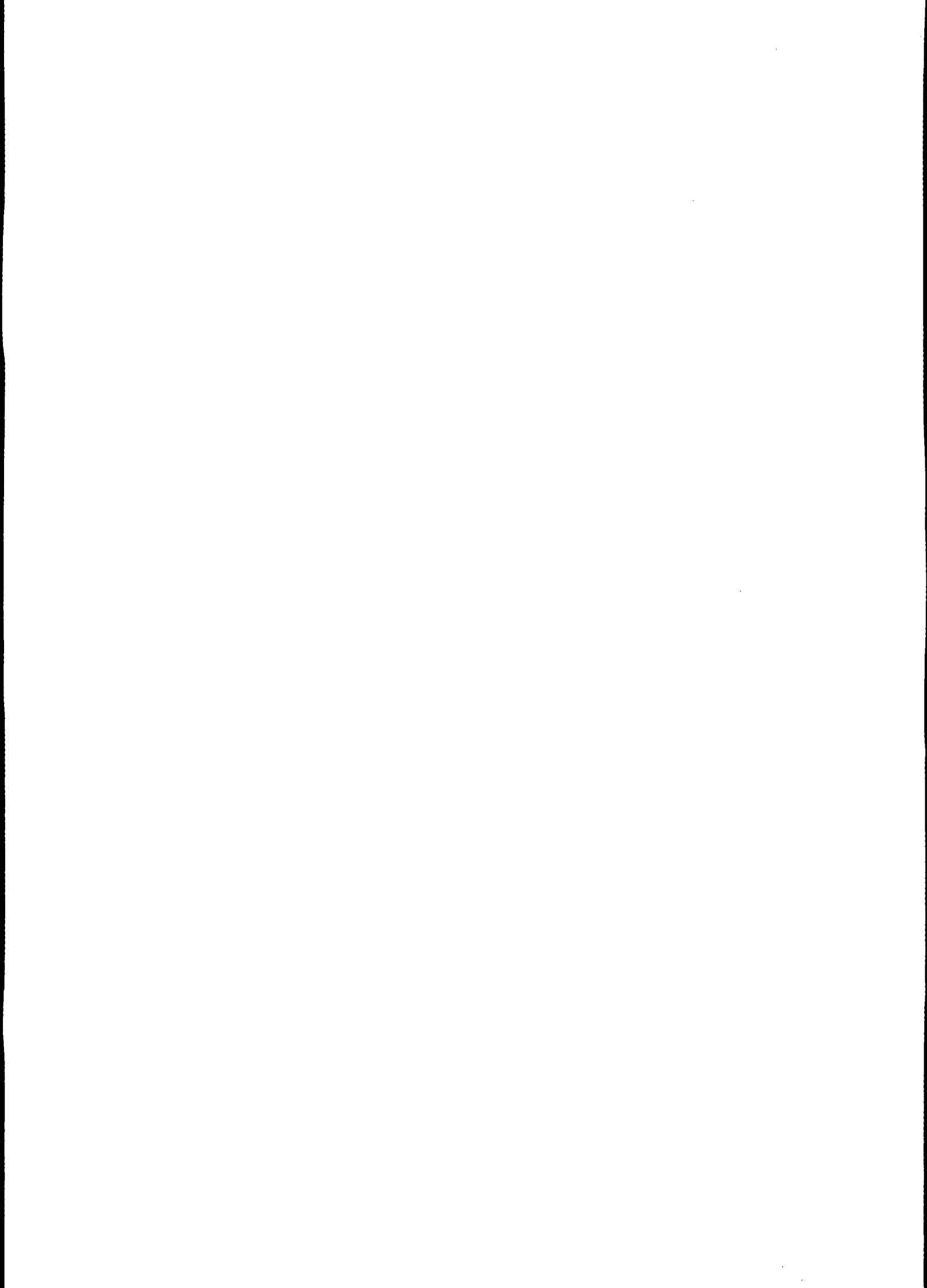
XV - acatar as intervenções da autoridade marítima nas operações portuárias e movimentações de embarcações consideradas prioritárias em situações de assistência e salvamento;

XVI - armazenar e movimentar cargas perigosas em consonância com as normas técnicas que regulam o trânsito de produtos sujeitos a restrições;

XVII - abster-se de práticas que possam configurar restrição à competição ou à livre concorrência, ou ainda, infração à ordem econômica;

XVIII - assegurar a execução da atividade portuária, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e modicidade de preços, durante todo o prazo de vigência contratual;

XIX - cumprir com o cronograma de construção e investimentos relativos à Instalação Portuária objeto da presente autorização, conforme previsto no Processo nº 50300.001630/2007-70; e





ANTAQ/GAL	
Fl. nº	1849
Proc. nº	2630/6730
Data	18/09/14
Rubrica	

XX - cumprir os parâmetros e as metas de qualidade dos serviços prestados, conforme regulamento a ser editado pela ANTAQ.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

São direitos e obrigações dos usuários:

I - receber do PODER CONCEDENTE e da AUTORIZADA informações relativas à defesa de interesses individuais ou coletivos;

II - obter a prestação de serviços com liberdade de escolha, observada a legislação em vigor;

III - comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos ou irregularidades praticados pela AUTORIZADA no desenvolvimento da atividade portuária; e

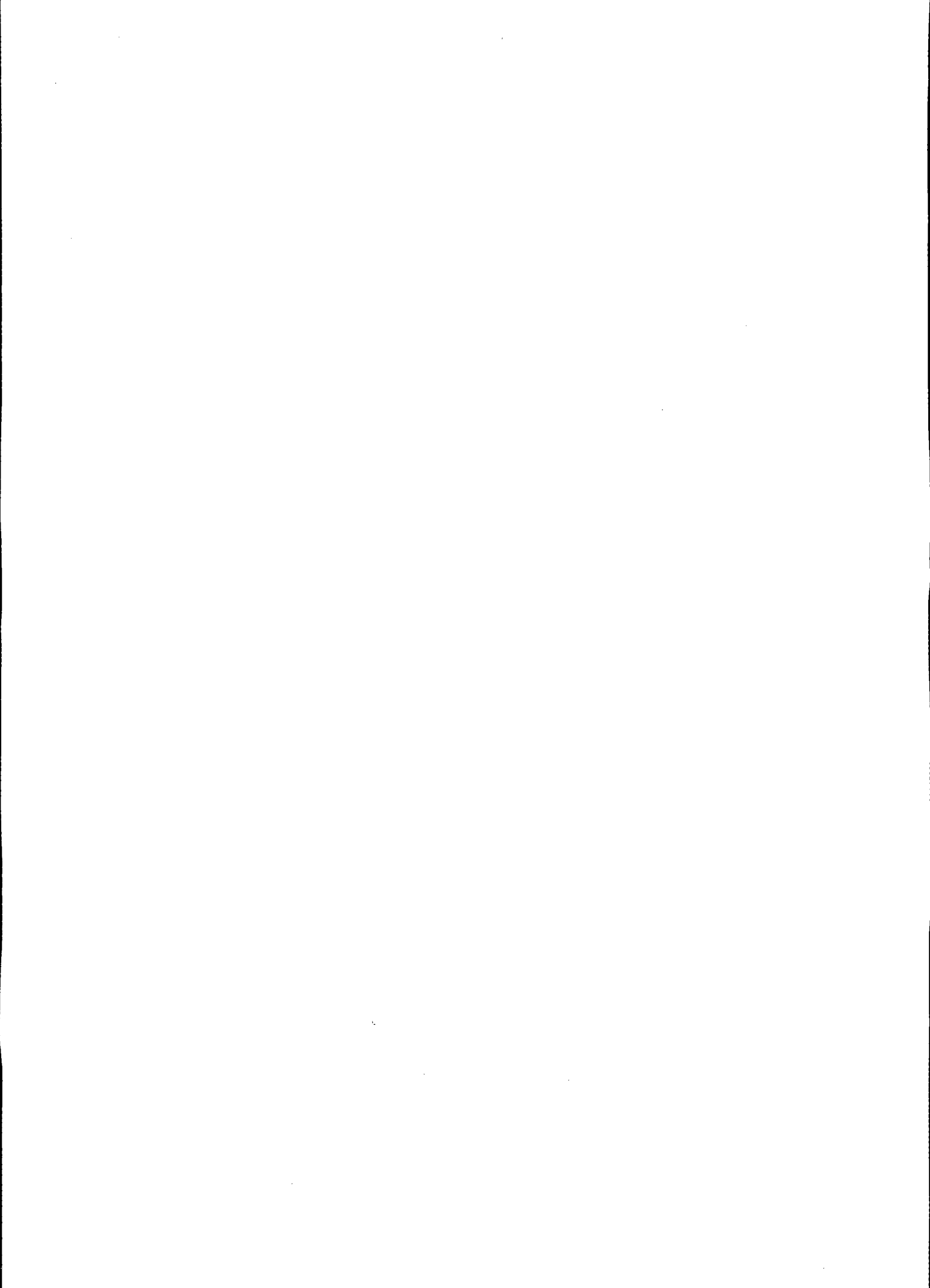
IV - representar perante a ANTAQ para que esta solucione administrativamente conflitos de interesse e controvérsias relacionadas à prestação dos serviços pela AUTORIZADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

O descumprimento a qualquer disposição legal, regulamentar ou dos termos e condições expressas ou decorrentes do presente contrato, sujeitará a AUTORIZADA a penalidades, observado o disposto nas normas editadas pela ANTAQ, que disciplinam os procedimentos de fiscalização e o processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de penalidades, respeitado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO DA AUTORIZAÇÃO

A presente autorização poderá ser extinta por renúncia, falência ou extinção da AUTORIZADA, ou por iniciativa do PODER CONCEDENTE, por meio de anulação ou cassação, em sede de processo administrativo, observado o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, ouvida a ANTAQ.





ANTAQ/GAS	
Pl. nº	1850
Proc. nº	1630/0770
Data	18/09/14
Rubrica	

Subcláusula Primeira

A anulação ocorrerá quando a autorização estiver eivada de vícios que a tornem ilegal, a exemplo da apresentação de documentação falsa ou com uso de comprovada má-fé pela AUTORIZADA, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

Subcláusula Segunda

A penalidade de cassação da autorização poderá ser aplicada pelo PODER CONCEDENTE, mediante proposta da ANTAQ, considerando a gravidade da infração, quando:

I - não for atendida a intimação para regularizar a execução de obras ou a operação da Instalação Portuária, no prazo de 60 (sessenta) dias;

II - for impedido ou dificultado o exercício da fiscalização pela ANTAQ;

III - forem descumpridos os prazos fixados para o fornecimento de documentos ou informações exigidas no presente contrato ou em normativo editado pela ANTAQ, ou quando solicitados pela Agência;

IV - houver descumprimento injustificado ao cronograma relativo à construção, operação e realização de investimentos na Instalação Portuária objeto da presente autorização;

V - houver perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto desta autorização ou sua transferência irregular;

VI - houver prática das seguintes condutas sem prévia e expressa aprovação do PODER CONCEDENTE:

a) transferência de titularidade da presente autorização;

b) alteração do tipo de carga movimentada; ou

c) ampliação da área da Instalação Portuária.

VII - houver infração de qualquer outra norma que vier a ser instituída pela ANTAQ e que preveja a penalidade de cassação em razão do seu descumprimento.

The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions. It emphasizes that every entry, no matter how small, should be recorded to ensure the integrity of the financial statements. This includes not only sales and purchases but also expenses, income, and any other financial activity.

The second part of the document provides a detailed explanation of the accounting cycle. It outlines the ten steps involved in the process, from identifying the accounting entity to preparing financial statements. Each step is described in detail, with examples provided to illustrate the concepts. The cycle is presented as a continuous loop that repeats every year.

The third part of the document focuses on the classification of accounts. It explains how to distinguish between assets, liabilities, and equity accounts, and how to further subdivide them into current and non-current categories. This classification is essential for preparing the balance sheet and understanding the financial position of the entity.

The fourth part of the document discusses the recording of transactions. It covers the process of analyzing a transaction, determining the accounts affected, and recording the entry in the journal. It also explains how to use T-accounts to visualize the debits and credits for each account.

The fifth part of the document addresses the adjustment process. It explains why adjustments are necessary and how they affect the financial statements. It provides examples of common adjustments, such as depreciation, amortization, and accruals, and shows how they are recorded in the journal.

The sixth part of the document discusses the preparation of financial statements. It explains how to use the adjusted trial balance to prepare the income statement, statement of retained earnings, balance sheet, and statement of cash flows. It also provides a checklist of items to verify before finalizing the statements.

The seventh part of the document covers the closing process. It explains how to close the temporary accounts (revenues, expenses, and dividends) to the permanent accounts (retained earnings) and how to prepare the closing journal entries. This process resets the temporary accounts for the next accounting period.

The eighth part of the document discusses the importance of internal controls. It explains how to design and implement controls to prevent errors and fraud, and how to monitor and evaluate the effectiveness of the controls. It provides examples of common internal controls, such as segregation of duties and authorization requirements.

The ninth part of the document covers the final steps of the accounting process, including the preparation of the closing journal entries and the final financial statements. It emphasizes the importance of accuracy and transparency in the reporting process.

The tenth part of the document provides a summary of the key concepts and a checklist of items to verify before finalizing the financial statements. It also includes a glossary of key terms and a list of references for further study.



ANTAQ	
Fl. nº	1851
Proc. nº	1630/0720
Data	18/09/14
Rubrica	

Subcláusula Terceira

A declaração de inidoneidade poderá ser aplicada a quem tenha praticado atos ilícitos visando frustrar a execução do presente contrato.

Subcláusula Quarta

A aplicação da penalidade de cassação ou de declaração de inidoneidade sujeitará a AUTORIZADA às disposições do art. 78-J, da Lei nº 10.233, de 2001.

CLAÚSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS RECURSOS

Das decisões proferidas e das penalidades aplicadas em procedimentos relativos ao presente contrato, a AUTORIZADA poderá interpor recurso ou pedido de reconsideração, observado o regulamento específico da ANTAQ.

CLAÚSULA DÉCIMA OITAVA - DA IRREVERSIBILIDADE DOS BENS

Extinto o contrato, os bens móveis e imóveis que integram a Instalação Portuária não serão objeto de reversão à UNIÃO.

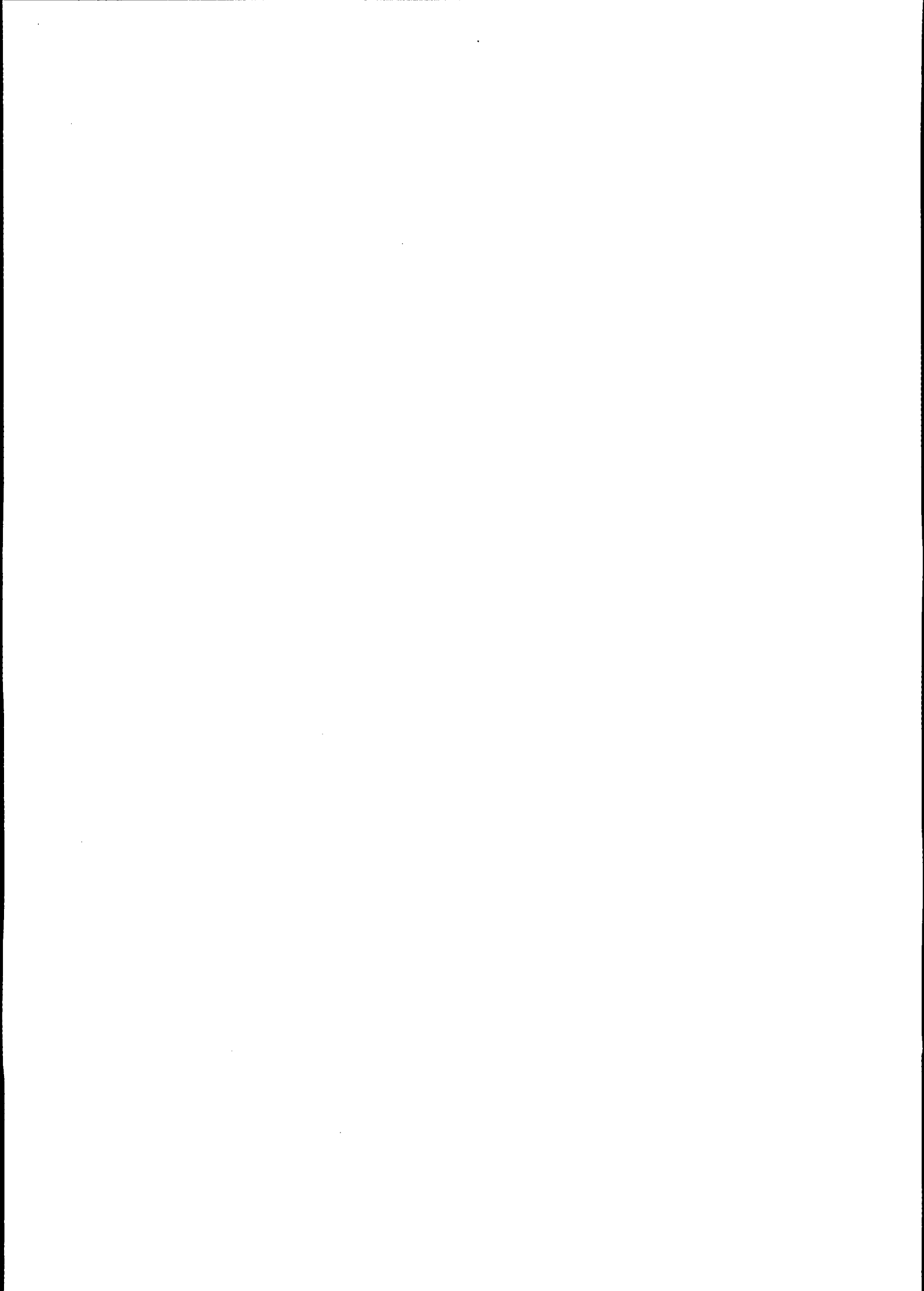
CLAÚSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

A ANTAQ providenciará a publicação de extrato do presente contrato no Diário Oficial da União - DOU, sendo esta condição indispensável para sua eficácia.

CLAÚSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Para dirimir controvérsias jurídicas decorrentes do presente contrato, as partes elegem o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e contratadas, as partes firmam este contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo indicadas e nominadas.





ANTAQ/GM	
Fl. nº	1852
Proc. nº	1630/0730
Data	18/09/14
Rubrica	<i>[Handwritten Signature]</i>

Brasília/DF, 18 de setembro de 2014.

[Handwritten Signature]

MÁRIO POVIA

Diretor-Geral - ANTAQ

[Handwritten Signature]

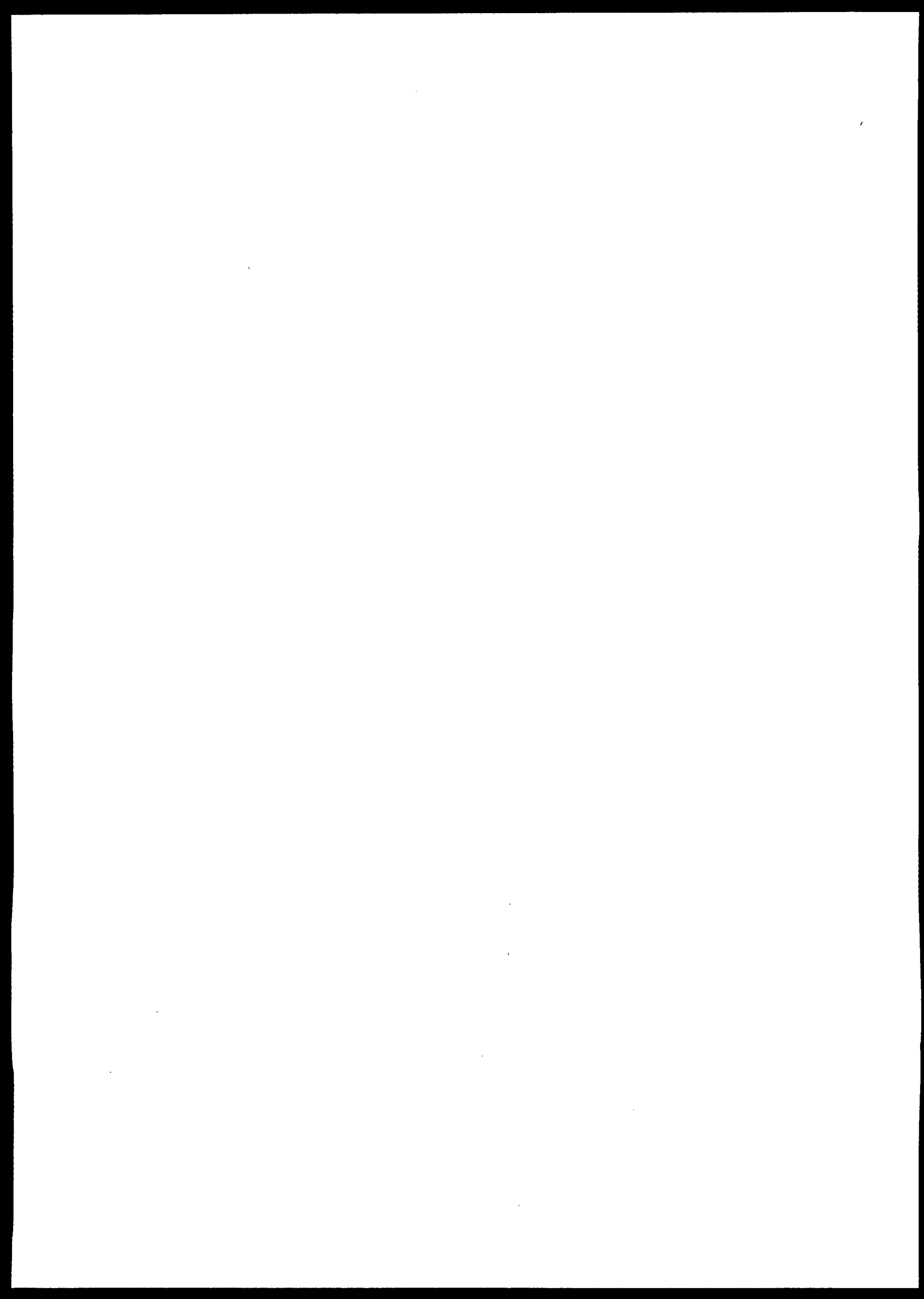
JOSÉ FERREIRA DE OLIVEIRA

Sócio-Presidente - AUTORIZADA

Testemunhas:

Nome: WILSON C. FERREIRA
CPF/MF: 441.802.172-87

Nome: FERNANDO S. F. FERREIRA
CPF/MF: 210.356.795/99




SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: Termo Aditivo Nº 00001/2014 ao Convênio Nº 774862/2012. Convenientes: Concedente: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, Unidade Gestora: 200021, Gestão: 00001. Conveniente: MUNICIPIO DE GUARANI DAS MISSOES, CNPJ nº 87.613.030/0001-51. Cláusula Sétima da vigência. Valor Total: R\$ 187.500,00, Valor de Contrapartida: R\$ 3.750,00, Vigência: 10/12/2012 a 02/03/2015. Data de Assinatura: 02/09/2014. Signatários: Concedente: ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA, CPF nº 174.442.096-34, Conveniente: JANETE TERESINHA DAUEK, CPF nº 703.675.230-00.

(SICONV(PORTAL) - 19/09/2014)

Espécie: Termo Aditivo Nº 00002/2014 ao Convênio Nº 775033/2012. Convenientes: Concedente: SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES, Unidade Gestora: 200021, Gestão: 00001. Conveniente: INSTITUTO SABARENSE DE EDUCACAO E CIDADANIA, CNPJ nº 05.966.740/0001-09. Prorrogação da vigência para 31/12/2014. Valor Total: R\$ 243.489,27, Valor de Contrapartida: R\$ 19.479,14, Vigência: 06/12/2012 a 31/12/2014. Data de Assinatura: 12/09/2014. Signatários: Concedente: ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA, CPF nº 174.442.096-34, Conveniente: GIOVANNE CUNHA, CPF nº 032.522.966-08.

(SICONV(PORTAL) - 19/09/2014)

AVISO DE CANCELAMENTO

Toma sem efeito publicação do extrato do Convênio 017/2014-SPM/PR, SICONV 810695, Processo nº 00036.000503/2014-81, celebrado entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres e o Instituto Cultural Rose Marie Muraro - RJ - CNPJ 11296150/0001-00, publicado no Diário Oficial da União dia 29 de agosto de 2014, Seção 3, pag. 02. Signatários: Concedente: ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA, CPF 174.442.096-34, Conveniente: TONIA MARIA GEBARA MURARO, CPF 711.463.697-00.

MARISA DE CASTRO MENDES CORRÊA COSTA
Coordenadora de Convênios

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
EXTRATO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Espécie: Termo de Cooperação Técnica. Participes: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e o Estado do Rio Grande do Sul por intermédio da Secretaria de Justiça e dos Direitos Humanos. Objeto: uniformização dos procedimentos relativos ao fluxo de recebimento, encaminhamento e monitoramento das denúncias oriundas da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, referentes às denúncias recebidas do Estado do Rio Grande do Sul. Vigência 24 meses da data da Assinatura. Assinaturas: Ideli Salvatti, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Des. José Aquino Fiôres de Camargo, Governador do Estado do Rio Grande do Sul, em exercício, Juçara Dutra Vieira, pela Secretaria de Estado da Justiça e dos Direitos Humanos. Data 17/09/2014.

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2014 ao Convênio Nº 786523/2013. Convenientes: Concedente: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Unidade Gestora: 200016, Gestão: 00001. Conveniente: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DE FORTALEZA, CNPJ nº 10.936.575/0001-74. P.L.127/2008, art. 30, VI. Valor Total: R\$ 203.773,87, Valor de Contrapartida: R\$ 8.190,00, Vigência: 27/12/2013 a 22/03/2015. Data de Assinatura: 28/08/2014. Assina: Pelo PRESIDENCIA DA REPUBLICA - PRESID DA REPUBLICA / CLAUDINEI DO NASCIMENTO. SECRETÁ À RIO EXECUTIVO.

(SICONV(PORTAL) - 19/09/2014)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 00001/2014 ao Convênio Nº 785200/2013. Convenientes: Concedente: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Unidade Gestora: 200016, Gestão: 00001. Conveniente: CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL, CNPJ nº 03.533.064/0001-46. Solicitação de termo aditivo de prazo de vigência por 360 dias. Valor Total: R\$ 116.245,89, Valor de Contrapartida: R\$ 16.245,89, Vigência: 10/09/2013 a 05/09/2015. Data de Assinatura: 09/09/2014. Signatários: Concedente: CLAUDINEI DO NASCIMENTO, CPF nº 722.284.409-06, Conveniente: MAURO MENDES FERREIRA, CPF nº 304.362.301-00.

(SICONV(PORTAL) - 19/09/2014)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032014092200003

SECRETARIA DE PORTOS
RESULTADO DE JULGAMENTO RDC PRESENCIAL Nº 2/2013 - UASG 110680

Nº Processo: . A Secretaria de Portos/PR torna público o resultado do RDC Presencial nº 02/2013 para Contratação de empresa especializada para assessoria à fiscalização das obras de modernização do cais público do Porto Novo do Porto do Rio Grande (RS) - 2ª Etapa, cujo objeto foi adjudicado à empresa STCP Engenharia de Projetos Ltda - CNPJ: 81.188.542/0001-31, no valor de R\$ 5.755.000,00 (cinco milhões setecentos e cinquenta e cinco mil reais). O processo foi homologado pela autoridade competente em 15/09/2014.

ANTÔNIO AUGUSTO DE LIMA
Presidente da Comissão de Licitação

(SIDE - 19/09/2014) 110680-00001-2014NE800003

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
EXTRATO DE CONTRATO DE ADESAO Nº 18/2014-ANTAQ

PROCESSO Nº 50000.015487/1999
Objeto: Adequar o Contrato de Adesão nº 087/2000-MT, à Lei nº 12.815/2013. Fundamentação Legal: Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e Portaria SEP nº 182, de 5 de junho de 2014. Vigência: 25 anos. Signatários: Mário Povia, Diretor-Geral da ANTAQ, José Ferreira de Oliveira, Diretor-Presidente da empresa J. F. de Oliveira Navegação Ltda. Reunião Ordinária: 364ª de 5/6/2014. Data de assinatura: 18/9/2014.

EXTRATO DO CONTRATO DE ADESAO Nº 19/2014-ANTAQ

PROCESSO Nº 50300.001630/2007-70
Objeto: Adequar o Contrato de Adesão nº 01/2009-ANTAQ, à Lei nº 12.815/2013. Fundamentação Legal: Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e Portaria SEP nº 182, de 5 de junho de 2014. Vigência: 25 anos. Signatários: Mário Povia, Diretor-Geral da ANTAQ, José Ferreira de Oliveira, Sócio-Presidente da empresa Chibatão Navegação e Comércio Ltda. Reunião Ordinária: 364ª de 5/6/2014. Data de assinatura: 18/9/2014.

EXTRATO DE CONTRATO DE ADESAO Nº 20/2014-ANTAQ

PROCESSO Nº 50300.001234/2013-91
Objeto: Adequar o Termo de Autorização nº 45/2003-ANTAQ, à Lei nº 12.815/2013. Fundamentação Legal: Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e Portaria SEP nº 182, de 5 de junho de 2014. Vigência: 25 anos. Signatários: Mário Povia, Diretor-Geral da ANTAQ, José Ferreira de Oliveira, Sócio-Presidente da empresa Chibatão Navegação e Comércio Ltda. Reunião Ordinária: 364ª de 5/6/2014. Data de assinatura: 18/9/2014.

EXTRATO DE CONTRATO DE ADESAO Nº 21/2014-ANTAQ

PROCESSO Nº 50300.001076/2004
Objeto: Adequar o Termo de Autorização nº 200/2005-ANTAQ, à Lei nº 12.815/2013. Fundamentação Legal: Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013, Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e Portaria SEP nº 182, de 5 de junho de 2014. Vigência: 25 anos. Signatários: Mário Povia, Diretor-Geral da ANTAQ, Marco Antonio Pereira Menegotto, Gestor de Administração Contratual da Empresa UTC Engenharia S.A. Reunião Ordinária: 364ª de 5/6/2014. Data de assinatura: 18/9/2014.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 67/2014 - UASG 682010

Nº Processo: 50300000610201419. Objeto: Contratação de entidade especializada com o objetivo de realizar Curso In Company sobre Comércio Exterior. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XIII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: A contratação é amparada no art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93, combinado com o art. 13, inciso VI do mesmo diploma. Declaração de Dispensa em 16/09/2014. ALBEIR TABOADA LIMA, Superintendente de Administração e Finanças. Ratificação em 18/09/2014. MÁRIO POVIA, Diretor-geral. Valor Global: R\$ 29.475,00. CNPJ CONTRATADA: 42.580.266/0001-09 FUNDACACENTRO DE ESTUDOS DO COMERCIO EXTERIOR.

(SIDE - 19/09/2014) 682010-68201-2014NE000153

AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 2/2014

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com a Resolução nº 3.638-ANTAQ, de 15 de setembro de 2014, tendo em vista o disposto no inciso IV, do art. 27, c/c o art. 68 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, na redação dada pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, considerando o que consta do processo nº 50300.001334/2014-14 e o que foi deliberado pela Diretoria Colegiada por ocasião de sua 369ª Reunião Ordinária, realizada em 11 de setembro de 2014,

Comunica:

Aos usuários e agentes dos serviços portuários, bem assim, aos demais interessados, que estará realizando AUDIÊNCIA PÚBLICA, no período de 22/9/2014 a 21/10/2014, visando o intercâmbio de documentos e informações, que serão disponibilizados na forma abaixo especificada, com o seguinte objetivo e forma de participação:

1. Objetivo:

Obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento do ato normativo aprovado pela Resolução nº 3.638-ANTAQ, que objetiva aprovar proposta de norma para disciplinar o atracamento de embarcação por empresa brasileira de navegação marítima.

2. Acesso ao projeto do ato normativo:
A minuta do ato normativo, objeto desta audiência, estará disponível no seguinte endereço eletrônico: www.antaq.gov.br

3. Forma de Participação:
As contribuições poderão ser dirigidas à ANTAQ até às 18 horas do dia 21/10/2014, pelo seguinte meio:

Formulário eletrônico - disponível no site www.antaq.gov.br - audiência pública.

Serão aceitas apenas as contribuições enviadas por meio do citado formulário eletrônico. Caso o interessado não tenha os recursos necessários para o envio da contribuição, poderá realizar a sua contribuição utilizando computador da Secretaria-Geral da ANTAQ, no caso de Brasília, ou das Unidades Administrativas Regionais da ANTAQ, cujos endereços estão disponíveis no site da Agência.

Audiência Presencial:

Com o objetivo de fomentar a discussão e esclarecer eventuais dúvidas sobre o ato normativo objeto deste Aviso, será realizada audiência pública presencial no auditório da ANTAQ, no endereço ed. ANTAQ, térreo, SEPN - Setor de Edifícios Públicos Norte, conj. 514, conj. E, Assa Norte - Brasília-DF, CEP: 70760-545, no dia 9 de outubro de 2014, com início às 14:30h e término quando da manifestação do último credenciado, sendo 17h o seu horário limite.

O credenciamento será realizado no local supracitado, das 14h00 às 15h15.

4. As contribuições recebidas pela ANTAQ serão disponibilizadas aos interessados na Internet, no site da Agência. Brasília, 18 de setembro de 2014.

MÁRIO POVIA

**SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
GERÊNCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL**

A Gerente de Orçamento e Finanças, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), considerando a impossibilidade de notificação pessoal e postal dos representantes legais da empresa Celso M. dos Santos - ME., CNPJ nº 11.701.435/0001-80, por estarem em local incerto e não sabido, pelo presente edital, comunica a referida empresa, a existência de débito relativo ao não pagamento da multa aplicada nos autos do processo administrativo nº 50305.000455/2014-82, no valor de R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais).

Para o pagamento dessa multa, é necessário que entre em contato com a ANTAQ, por meio do endereço eletrônico gof@antaq.gov.br ou pelos telefones: (61) 2029-6905 ou (61) 2029-6910.

Fica notificado a efetuar o pagamento do débito no prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, sob pena de execução fiscal, e, no prazo de 75 dias, inscrição no CADIN conforme prevê o art. 2º, da lei nº 10.522/2001.

Brasília, 4 de setembro de 2014.

A Gerente de Orçamento e Finanças, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), considerando a impossibilidade de notificação pessoal e postal dos representantes legais da empresa LP. Gonçalves Navegação Ltda., CNPJ nº 11.053.457/0001-80, por estarem em local incerto e não sabido, pelo presente edital, comunica a referida empresa, a existência de débito relativo ao não pagamento da multa aplicada nos autos do processo administrativo nº 50305.002298/2013-69, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais).

Para o pagamento dessa multa, é necessário que entre em contato com a ANTAQ, por meio do endereço eletrônico gof@antaq.gov.br ou pelos telefones: (61) 2029-6905 ou (61) 2029-6910.

Fica notificado a efetuar o pagamento do débito no prazo de 30 dias, contados da data desta publicação, sob pena de execução fiscal, e, no prazo de 75 dias, inscrição no CADIN conforme prevê o art. 2º, da lei nº 10.522/2001.

Brasília, 12 de agosto de 2014.
MARLI SILVA BARROS

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

